



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.647, DE 2023

(Do Sr. Marx Beltrão)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para dispor sobre o diagnóstico e o tratamento precoces da disfemia no Sistema Único de Saúde.

DESPACHO:

REVEJO O DESPACHO APOSTO AO PL 3647/2023 PARA ADEQUÁ-LO AO PARÁGRAFO UNICO DO ART, 142 DO RICD.

ÀS COMISSÕES DE:

SAÚDE E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023
(Do Sr. MARX BELTRÃO)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para dispor sobre o diagnóstico e o tratamento precoces da disfecia no Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 14

.....

§ 6º Será criada política para diagnóstico e tratamento precoces da disfecia na primeira infância.

..... (NR)”

Art.2º Esta lei entra em vigor 120 (cento e vinte dias) após a publicação oficial desta lei.

JUSTIFICAÇÃO





A disfemia (gagueira ou tartamudez) consiste em um transtorno do neurodesenvolvimento que tem início na infância. Segundo Lima e col. (2021¹), ela surge:

Em média aos 33 meses quando as redes neurais que sustentam o processo da fala fluente produzem sinais de controle instáveis, apresentando disfluências atípicas que podem estar suscetíveis às influências genética, epigenética e ambiental, configurando-se com etiologia multifatorial e complexa.

[...]

A manifestação primária na fala consiste na frequência inesperada de disfluências típicas da gagueira, principalmente bloqueios, prolongamentos, e repetições, que permite o diagnóstico diferencial com outros transtornos da linguagem.

Os mesmos autores esclarecem que a frequência da gagueira entre crianças na primeira infância é bastante maior que em crianças com mais idade; varia de 3 a 17%. Ainda, lembram que o quadro gera comprometimento psicossocial, já que a criança passa a ter dificuldade de interação social e pode sofrer *bullying*. Finalmente, lecionam que “a conduta profissional que se preconiza para o tratamento da gagueira é a intervenção precoce, que requer uma identificação precoce”².

Diante disso, proponho que o Sistema Único de Saúde crie política para o diagnóstico e o tratamento precoces da gagueira. Isso poderá trazer benefícios imensuráveis para as crianças afetadas. Cumpre salientar a alta prevalência do quadro, como exposto acima.

Conto, portanto, com o apoio de todos para a aprovação deste importante projeto de lei.

¹ Lima MMO, Cordeiro AAA, Queiroga BAM. Instrumento de Rastreo para a Gagueira do Desenvolvimento: elaboração e validação de conteúdo. Rev. CEFAC. 2021;23(1):e9520. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/3TRrBbPKq5RmK5KfkWTffsd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

² Ibid.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marx Beltrão - PP/AL

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado **MARX BELTRÃO**

Apresentação: 31/07/2023 16:51:56.650 - MESA

PL n.3647/2023





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

| | |
|---|---|
| LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 Art. 14 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-0713;8069 |
|---|---|

FIM DO DOCUMENTO